

LUDMILA COSTHEK ABÍLIO

O OVO DO ORNITORRINCO

Recebido em 01/07/2023

Aprovado em 07/08/2023

O OVO DO ORNITORRINCO¹

Resumo

O artigo propõe um olhar retrospectivo sobre as jornadas de junho de 2013, abordando, a partir do mundo do trabalho, as contradições e limites do modelo de desenvolvimento efetivado ao longo das gestões do Partido dos Trabalhadores. É analisada a formação da “nova classe média brasileira”, buscando-se uma conexão entre as melhorias providas naquele período e o obscurecimento de uma série de elementos que se tornam visíveis com as jornadas. Discutem-se então as transformações do processo de trabalho que ganham corpo na última década, relacionando uberização e novos modos de governo e gestão de populações que envolvem a ascensão de movimentos de extrema direita e o governo de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: jornadas de junho, nova classe média, motoboys, uberização; capitalismo de vigilância, dataficação.

LUDMILA COSTHEK
ABÍLIO

Doutora em Sociologia pelo IFCH-Unicamp e pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – Programa ProETUsp.

Email: l.cabilio@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2332-8493>

¹ Esta é uma versão expandida do artigo de mesmo título publicado em julho de 2023 no site do Instituto Alameda por ocasião dos dez anos das jornadas de junho 2013, disponível em <https://alameda.institute/pt/junho2013/o-ovo-do-ornitorrinco/>

Abstract

The article proposes a retrospective look at the June 2013 protests, addressing, from the perspective of the labor relations, the contradictions and limitations of the development model during the administrations of the Workers' Party. It analyzes the formation of the “new Brazilian middle class,” seeking a relationship between the improvements provided during that period and the obfuscation of a series of elements that became visible with the protests. It then discusses the transformations in the work process that have gained prominence in the last decade, suggesting a link between uberization and new modes of government and population management which involve the rise of far-right movements and the government of Jair Bolsonaro.

Keywords: June 2013 Protests, New Middle Class, Motorcycle Couriers, Uberization, Surveillance Capitalism, Datafication.

Introdução

Passados dez anos das jornadas de junho de 2013, parecem restar mais perplexidades do que respostas. Rapidamente nos deslocamos do *Brasil-que-ia-finalmente-dar-certo* para o *será-preciso-décadas-para-recuperar-o-prejuízo*. A imagem de 2013 que volta agora é a das ruas, mas também daquele gigante imenso de pedra que surgia da paisagem do Rio de Janeiro e saía andando sem ver onde pisava. A mensagem da propaganda de uísque parecia mais adequada do que a imagem do Cristo Redentor decolando como um foguete, como retratou a *The Economist*. Naquela década, o *keep walking* podia ser compreendido por aquilo que Singer (2012) definiu como *reformismo fraco*. Em suma, sem tocar nas desigualdades profundas que estruturam a sociedade brasileira, o modelo de desenvolvimento em curso resultava em melhorias de vida significativas para grande parte da população. Seus principais elementos eram a redução dos níveis de pobreza, redução das taxas de desemprego, aumento do emprego formal, um inédito aumento real do salário mínimo e aumento do potencial de consumo das famílias brasileiras, alavancado também pela massiva extensão do acesso ao crédito. As mudanças corriam articuladas com elementos atuais do ser periferia num mundo organizado por um *regime de acumulação de dominância financeira* (CHESNAIS, 2005): a nação cumpria com rigor seu papel de *plataforma de valorização financeira*, como definiu Paulani (2004).

A marcha do progresso paira sobre nós, periféricos. A imagem do gigante potência-dever-ser brasileiro se apresenta de diversas formas de acordo com os momentos históricos tupiniquins: como ameaça, horizonte, impossibilidade. Naquele período, o desenvolvimentismo saiu do baú onde havia ficado guardado por algumas décadas: elementos como o PAC e a massiva ampliação da participação da população no mercado consumidor sustentavam novas perspectivas e definições, tais como o “momento desenvolvimentista” (BIANCARELI, 2012); “ensaio desenvolvimentista” (SINGER, 2015); o social-desenvolvimentismo (CARNEIRO, 2012), entre outras definições. Formavam-se também as críticas à recuperação do desenvolvimentismo para a

compreensão daquele novo modelo de desenvolvimento (CARDOSO, 2013; FIORI, 2011 e 2012; FONSECA, 2014; GONÇALVES, 2012a e b; FILGUEIRAS *et al.*, 2010). Todas essas abordagens tinham de enfrentar o fato de que o crescimento econômico, o aumento do emprego e da renda, não estavam atrelados aos pilares da industrialização que orientaram os modelos e sonhos intensos de desenvolvimento, seus impasses, fracassos e críticas ao longo do século XX. O gigante desperto era feito de soja, minério, boi, e outras *commodities* tropicais.

No início do milênio, Francisco de Oliveira resumia a ópera na figura do ornitorrinco (OLIVEIRA, 2003). Aquele bicho estranho, formado por diferentes tempos históricos, inspirava a atualização das nossas persistentes dificuldades em definir o que éramos e poderíamos ser, mas mais do que isso, parecia apontar para a impossibilidade da continuidade da reprodução das dinâmicas que constituem o próprio subdesenvolvimento como tal. Em outras palavras, o *keep walking* parecia não ter para onde ir: “O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular (...) Restam apenas as acumulações primitivas...” (OLIVEIRA, 2003, p. 149). A ilusão do *catch up* se esfumava definitivamente. A financeirização engolia os direitos sociais e os pilares, nunca solidificados, daquela triangulação específica entre capital, Estado e trabalho que formou o *Welfare*, tais como os fundos de pensão. O assalariamento, fundamento da sociedade salarial (CASTEL, 1998), deslocava-se agora para a informalidade e a informalização, finalmente reconhecidas como regra, em uma exploração do trabalho globalmente organizada e transformada pela “revolução molecular-digital”.

O presente artigo propõe um olhar retrospectivo sobre as jornadas de junho de 2013, abordando, a partir do mundo do trabalho, as contradições e limites do modelo de desenvolvimento do período das gestões do Partido dos Trabalhadores. Analisa-se a formação da “nova classe média brasileira” e busca-se uma conexão entre as melhorias ocorridas naquele período e o

obscurecimento de uma série de outros elementos que vêm a se tornar visíveis com as jornadas. Na sequência discutem-se então as transformações do trabalho que ganham corpo na última década, relacionando a uberização e novos modos de governo e gestão de populações que envolvem a ascensão de movimentos de extrema direita e o governo de Jair Bolsonaro.

Da “nova classe média” aos “novos pobres”

No modelo de desenvolvimento das gestões do Partido dos Trabalhadores, nasceu um filhote de ornitorrinco, a *nova classe média brasileira* (NERI, 2010; SAE, 2013; 2014). Melhorias de vida profundas e frágeis abarcaram a vida de grande parte da população brasileira e garantiram a permanência do Partido do Trabalhadores por 14 anos na presidência nacional, sustentada pelo que Singer (2012) definiu como *pacto lulista*.

A definição de *nova classe média* contribuía com o obscurecimento da realidade social brasileira. O economista Marcelo Neri pode ser considerado um de seus ideólogos. Foi presidente do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) entre 2012 e 2014, e também ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) entre 2013 e 2015. Em 2008, coordenou a publicação de *A nova classe média*, e em 2010 de *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Na primeira, fornece o embasamento teórico do achado; na realidade, explicita o rebolado estatístico que fundamenta a definição: “A nossa classe C aufere em média a renda média anual da sociedade, ou seja, é *classe média no sentido estatístico*” (NERI, 2008, p. 5). O sentido “estatístico” da classe se mantém nas publicações do governo (lembrando que, em 2012, o valor do salário mínimo era de R\$ 622,00):

Se estivermos falando da renda média, estaremos falando do ponto em que 50% das pessoas terão uma renda menor e 50% terão uma renda maior. No Brasil, a renda correspondente ao ponto do meio é de R\$ 440 familiar *per capita*. Isso significa que 50% dos brasileiros possuem renda familiar *per capita* inferior a R\$ 440 e 50% possuem renda superior a R\$ 440 familiar *per capita* (SAE, s/d).

Em 2012, a Secretaria de Assuntos Estratégicos definia a “nova classe média” pelo intervalo de *renda familiar per capita* de R\$ 291 a R\$ 1.091 (SAE, 2013). A definição de “nova classe média” se confundia com a celebrada “classe C”, que se tornava sinônimo de expansão de diversos setores do mercado consumidor. Em 2014, a própria secretaria adotou o jargão de mercado “classe C”, invés de “nova classe média”, estabelecendo um intervalo amplo que tornava a categoria mais nebulosa, a classe C compreendendo os que tinham *renda familiar* entre R\$ 2.005 e R\$ 8.640 (SAE, 2014).

Distante do padrão de vida da classe média (QUADROS, 2008a e 2008b), a definição governamental se referia, portanto, às famílias brasileiras que ultrapassavam a linha de pobreza e finalmente adquiriram a geladeira nova, que conseguiram colocar acabamento em suas casas, que viram seus filhos, jovens e negros, acessarem o ensino superior privado.

Esse período apresentou uma enorme expansão do mercado consumidor, que andava junto não apenas com o crescimento dos rendimentos advindos do trabalho, mas com uma inserção financeirizada. Parte importante da população, que mal tinha conta bancária, passava a ter acesso fácil ao crédito e a uma ampla bancarização. Direitos sociais nunca universalizados chegavam na forma de serviços privados popularizados e bens de consumo, agora acessíveis para um público que não sonhava até então em fazer como a verdadeira classe média faz, pagar pela saúde, pela educação, trocar o ônibus pela moto, ter cartão de crédito e carro na garagem, financiar a casa própria. Como resumiu Fernando – branco, 48 anos, motoboy há 16 – entrevistado em novembro de 2013²:

Hoje eu posso dizer que eu sou a classe média, hoje eu posso comer, antes... hoje eu durmo...como que é a piada... hoje eu sonho, antes eu nem dormia. A gente tem hoje uns barraquinhos pra gente morar que é da gente mesmo. é nosso mesmo. Moro na Parada de Taipas, é zona Norte. Hoje a gente tem o cantinho da gente,

² Entre 2012 e 2015 realizei uma série de entrevistas e cinquenta questionários com trabalhadores e trabalhadoras de entrega por motocicletas, chamados motoboys, na cidade de São Paulo. A investigação, supervisionada pela Profa. Leda Paulani (FEA-USP) e financiada pela Fapesp, se deu no âmbito da pesquisa de pós-doutorado intitulada *A nova classe média vai ao paraíso?*

tem a família amparada, tem um carrinho usado, mas é da gente. É comprado, conseguimos pagar o financiamento, é quitado. Coisa que a gente não tinha acesso, era muito difícil. Eu costumo brincar com o pessoal, fiquei praticamente 16 anos sem ir no Nordeste visitar, agora até de avião eu já fui... Praia, pra gente que morava aqui em SP, principalmente a gente que já era do Nordeste, era piada para nós, falava vamos pro parque Ibirapuera que é praia de paulista, chegava lá era a praia do povão, o pessoal disfarçava. Mas é para você ver, hoje, pintou um feriado o mundo acaba, você chega lá embaixo, o mundo, o Brasil inteiro tá lá. Você começa a conversar, vai ver de onde é, Norte e Nordeste.

Mas em poucos anos a “nova classe média” se tornaria os “novos pobres” (GI, 2017), arrastada por uma regressão social que já dava sinais em 2014 (QUADROS, 2015; QUADROS e FACHIN, 2015, POCHMANN e ORSI, 2015). Deslizou do acesso ao crédito ao endividamento, da favela holding (MEIRELLES e ATHAYDE, 2014) ao auxílio emergencial, do primeiro emprego ao bike boy, do Prouni ao Uber. As conquistas daquele estrato da população – que em realidade abarca a maioria dos brasileiros e brasileiras – foram embora mais rápido do que chegaram.

A “nova classe média” foi para as ruas em 2013, foi em 2015 para apoiar e derrubar Dilma, foi em 2018 e 2022 para votar tanto em Lula quanto em Bolsonaro. “Os novos pobres” também foram a Brasília em 8 de janeiro de 2023. Assim como o governo obscureceu que a classe trabalhadora brasileira é composta em sua grande maioria de trabalhadores que sobrevivem com renda familiar de até dois salários mínimos, parte importante do pensamento de esquerda tende a invisibilizar essa mesma classe. Para além de seu papel eleitoral, os descartáveis sociais, a ralé e os batalhadores (SOUZA, 2010), o subproletariado e o proletariado (SINGER, 2012) foram raramente tidos como protagonistas nos eventos dessa década, por vezes reconhecidos como uma espécie de apêndice de uma verdadeira classe média doida e enfurecida, enquanto rebanho de pastores evangélicos ou então como massa de manobra de uma elite escravocrata que surpreendentemente não quer lucrar com os novos consumidores.

Não era só pelos 0,20 centavos

Três anos depois das jornadas de junho, as escolas de São Paulo seriam ocupadas, numa ofensiva estudantil que deixou de mãos atadas o então governador do Estado de São Paulo e atual vice-presidente Geraldo Alckmin, juntamente com o então secretário da segurança pública do Estado e atual ministro do Superior Tribunal Federal Alexandre de Moraes. O movimento freou os planos de governo de reestruturação/fechamento de escolas públicas, e também ousou imaginar e viver mesmo que por um breve período uma outra escola.

Dentre outros processos e posicionamentos diversos e divergentes, uma espécie de esgotamento popular daquele modelo de desenvolvimento era encenada nas cartolinas de junho com dizeres precisos sobre as injustiças e brutalidades sociais contemporâneas. As frases de 2013, tão sintéticas como o *slogan* do uísque, diziam muito, não sabemos se num pedido por mais Estado ou por menos finanças, mas certamente que por mais justiça e igualdade social. Que justiça, qual igualdade, é algo que não poderemos enquadrar nas caixinhas do Estado do Bem-estar Social, tampouco nas de um projeto revolucionário, a despeito da potência real de derrubar *tudo que está aí* que se materializou do dia para a noite em todos os cantos do país.

Mas para a classe-trabalhadora-nova-classe-média o que havia se esgotado afinal? O susto não foi pequeno, afinal o gigante parecia caminhar direitinho, apesar da crise econômica que já começava a dar sinais. Apesar das reais melhorias de vida, as desigualdades seguiram as mesmas. A concentração de renda não se alterou (MEDEIROS *et al.*, 2015). As desigualdades raciais que estruturam o mercado de trabalho permaneceram intocadas, a concentração da maioria dos trabalhadores nas faixas de menor rendimento seguiu igual (CARDOSO, 2013). Como demonstrou Márcio Pochmann, a quase totalidade – mais de 95% – dos novos postos de trabalho gerados nos anos 2000 tinha remuneração de até 1,5 salário mínimo (POCHMANN, 2011). A desigualdade racial permanecia gritante e pouco alterada. Ainda, a maioria dos trabalhadores brancos e negros seguia concentrada nas ocupações

mais mal remuneradas. Como demonstram os dados apresentados por Cardoso (2013), ainda que tenha havido uma expressiva redução dos níveis de pobreza nas gestões petistas, as desigualdades na estruturação do mercado de trabalho por remuneração na primeira década dos anos 2000 tiveram mudanças pouco significativas em relação aos anos 1990:

Tabela 1: Distribuição da população ocupada branca e não branca pelos decis ocupacionais. Brasil, 1996-2010 (em %)

	1996		2010	
	Branco	Pretos pardos e indígenas	Branco	Pretos pardos e indígenas
Decil mais pobre a terceiro decil	44,6	61,0	44,2	60,2
Quarto a sétimo decil	37,4	32,6	40,3	33,9
Oitavo a decil mais rico	18,0	6,4	15,5	5,8

(Extraído de Cardoso, 2013, p. 120)

Tudo mudou, mas permaneceu no mesmo lugar. No mundo do trabalho, as brutalidades, perversidades e humilhações cotidianas que atravessam a vida de trabalhadores formais e informais seguiram correndo soltas. Com o mercado de trabalho aquecido, o que se transformava era a possibilidade de resistir a elas, de poder recusá-las e transitar por diferentes ocupações, que, entretanto, continuavam tendo, em sua grande maioria, remuneração de até 1,5 salário mínimo. Negros e negras viram o seu acesso ao ensino superior se ampliar, as batalhas em torno da representatividade ganharem corpo e se materializarem nos telejornais, na boneca negra que antes não habitava as lojas, nas lutas pelo direito à memória e por uma outra história que até hoje disputa de forma doída e freada um lugar nos livros didáticos, nas salas de aula. Mas a matança seguiu, o esfolamento cotidiano seguiu, neste país em que até mesmo o *apartheid* social é informalizado, mas muito bem organizado e institucionalizado.

Do ônibus para a moto, de motoboy a uberizado

O tráfego urbano é uma materialização das desigualdades e dos conflitos sociais encenados na cidade (MPL 2013, VIANA, 2013, ABÍLIO, 2013). Também pode ser tomado como a materialização das contradições e realização do modelo de desenvolvimento em questão. Também é o *locus* de novos modelos de atuação das empresas e sua relação com Estado, formas contemporâneas de exploração do trabalho, e novos modos de produção, gestão, apropriação e mercantilização de dados sobre os fluxos urbanos.

O carro e a moto foram emblemas do período lulista, como signos da “mobilidade” social e da expansão do mercado consumidor. Entre 2005 e 2011, a frota de motocicletas cresceu 89,2% em São Paulo. Em 2014, as motos totalizavam 13,2% da frota (CET, 2014). Relatório produzido para a CET em 2009 constatava que, no início da década de 1990, a presença das motos era praticamente irrelevante – *elas somavam apenas 3,5% da frota de veículos da cidade*. Em 10 anos, a participação das motos dobra, em 2008 compondo “mais de 10% da frota paulistana” (BIAVATI & MARTINS, 2009, p. 5). Segundo dados do IBGE, em 2022, a frota paulistana contava mais de 32 milhões de veículos, dentre eles 5,3 milhões de motocicletas e 1,1 milhão de motonetas, ou seja, somadas, representam 20% da frota paulistana (IBGE, s/d).

O exército de motoqueiros e motoqueiras que se expandiu na década lulista, e assim segue, é predominantemente feito por trabalhadores que formavam os estratos da *nova classe média*. O acesso ao crédito, ao emprego e o aumento dos ganhos salariais se traduziu naquele período na expansão da frota de motos e carros. Trabalhadores de baixa qualificação e rendimento puderam então trocar o transporte público pelo pessoal, arcando com custos e riscos que pesaram menos na balança do que a imobilidade urbana que permanecem tendo de enfrentar. As violências materiais e simbólicas enfrentadas cotidianamente no transporte público podiam então ser substituídas pela velocidade da moto e as violências e riscos que vêm com ela. Em 2013, foram registrados 25.508 acidentes com vítimas – fatais ou não – no

município de São Paulo. Das 31.093 vítimas, 47,7% eram motociclistas, sendo que as motos totalizaram 36,3% dos veículos envolvidos nos acidentes.

“A motocicleta se tornou o veículo da empregabilidade e de produtividade do trabalho de centenas de milhares de homens, jovens, com escolaridade média, mas desqualificados para o mercado de trabalho competitivo” (BIAVATI & MARTINS, 2009, p. 29). Esta conclusão se baseia na análise do perfil socioeconômico dos mortos por acidentes de motocicleta na cidade de São Paulo no ano de 2009. Ao analisar o perfil ocupacional dos mortos, o estudo apontava que eram “frentistas, garçons, manobristas, motoristas, porteiros, seguranças e vigilantes, ajudantes gerais, mecânicos, eletricitas e pedreiros. Mais da metade das mortes a partir de 21 horas até 6:59 horas são de motociclistas dos grupos de Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados e Trabalhadores da produção de bens, manutenção e reparação”; 29,2% dos mortos tinham rendimento de até dois salários mínimos, 47,3% entre dois e cinco mínimos (BIAVATI & MARTINS, 2009).

A transferência de riscos e custos para os trabalhadores, a permanência das brutalidades e injustiças cotidianas que constituem o mundo do trabalho, corriam junto com o aumento de renda e de remuneração, com o maior acesso ao emprego, com a expansão da formalidade. No chão das relações de trabalho ganhavam forma os processos que ultrapassam o Brasil e que hoje são reconhecidos mundialmente. As motos nos ajudam a compreender alguns elementos que compõem o chão do lulismo e de junho de 2013; já a uberização nos ajuda a compreender a produção de novos modos de governo e gestão que ganham corpo com Jair Bolsonaro. Vamos dos motoboys às motociatas.

O tráfego urbano tornou reconhecível novos modos de gerenciamento, organização e controle do trabalho (ABÍLIO, 2020). Olhando para a vida dos motoboys vemos a centralidade, as mudanças e as permanências no *keep running*. Hoje eles se tornaram na superfície uma espécie de sinônimo de entrega de refeição a valores rebaixados. Entretanto, estes trabalhadores são centrais para diversos circuitos da acumulação há décadas. Segundo pesquisa do Ibope realizada em 2002³, 56% dos motoboys faziam

predominantemente entrega de documentos, 23% de alimentos, 13% de pequenas cargas, 8% de outros tipos de mercadorias. O instituto concluía então “que o maior tomador de serviços de motofrete na cidade de São Paulo é ‘o mercado financeiro, seguido dos setores do comércio e alimentação’” (IBOPE, 2006, *apud* BARBOSA, 2009, p. 63). O desenvolvimento da cidade – como centro financeiro, como centro de serviços, como espaço da valorização imobiliária, como espaço do crescimento de uma série de serviços pessoais – aliado à falta de planejamento urbano, conta com o trabalho desses profissionais, que literalmente dão a vida ou talvez suas pernas para que bens pessoais, documentos e mercadorias circulem aceleradamente.

Predominantemente negros e não tão jovens (ABÍLIO *et al.*, 2020), esses trabalhadores tornam-se hoje emblemas da uberização do trabalho. Com eles compreendemos novos modos de organização que hoje se assentam na retirada de direitos e proteção social, na transferência de riscos e custos, em novas formas de gestão assentadas na dataficação e digitalização do trabalho. A uberização envolve por um lado a informalização do trabalho de multidões de trabalhadores, e por outro a centralização do controle, o que significa que informalização e monopolização caminham de mãos dadas. Em poucos anos, quatro ou cinco empresas oligopolizaram esse setor. No cerne da uberização reside uma perda de formas estáveis e reconhecíveis de diversos elementos que constituem o processo de trabalho. As definições sobre tempo de trabalho, valor do trabalho, jornada de trabalho, custos do trabalho, regras da distribuição e do controle da produtividade, tornam-se difíceis de localizar, ainda que sejam fortemente operantes (ABÍLIO, 2020). Não há contrato de trabalho, mas adesão; não há demissão, mas cancelamento; empresas se apresentam não mais como contratantes, mas mediadoras. Já o *keep running*, a viração (TELLES, 2006), que confinam as estratégias de vida num mundo do trabalho onde muito pouco ou quase nada está garantido, agora são gerenciados por meios informalizados, mas racionalizados e dataficados.

³ A referência à pesquisa foi encontrada na dissertação de mestrado de Ricardo Barbosa (2009).

Da revolta à informalização como modo de governo

Naqueles dias de junho vimos em ato como a ação popular poderia derrubar um governo, apesar de não parecer querer tomar o poder. Mas o que veio foi um governo que governava implodindo a si próprio, numa rebeldia agora institucionalizada. Assim como as tradicionais práticas políticas da esquerda, a revolta deslizou para o lado de lá. É difícil fixar a imagem desse espelho tão enigmático, que transforma MPL em MBL, que transmuta defesa da ordem em tarefa da esquerda e derrubada geral na da direita.

O ovo da serpente que ganhava corpo na última década é outro, distinto do de ornitorrinco que saiu às ruas em 2013. Ao olhar para a neblina (2000), o ornitorrinco (2003), a indeterminação (2007), Francisco de Oliveira reconhecia essa perda de formas que vai tomando o mundo do trabalho como parte do aprofundamento da exploração. Quanto menos estáveis, fixáveis e reconhecíveis forem os elementos que compõem o processo de trabalho, mais produtivo ele é. A gestão de Bolsonaro nos evidencia que a informalização é incorporada como forma de governo, envolvendo técnicas racionalizadas, produtivas, que produzem engajamento permanente e atingem certamente as metas definidas.

A explicação fácil para o bolsonarismo mira na máquina infernal de produção de *fake news*. Essa máquina – que envolve muito trabalho humano, diga-se de passagem – nos dá materialidade sobre um quadro muito mais amplo, que se refere aos novos modos de gestão da população. O que está em jogo é um deslizamento difícil de reconhecer e classificar – e esta é sua potência. Ao analisar as jornadas de junho, Tible (2023) afirma que por um momento o que se colocou foi a possibilidade de ruptura com o contrato social. Uma ruptura popular. Este é o diagnóstico invertido de Zuboff (2018) sobre o *capitalismo de vigilância*, mas a ruptura vem das empresas que hoje oligopolizam a dataficação da vida. Com uma certa saudade liberal, a autora faz o diagnóstico preciso de novos modos de governo que colonizam todas as esferas da vida, e que se assentam em novas lógicas que já não passam pelas relações contratuais que unem capitalismo industrializado e democracia. Da

Ford para a Google. A autora vai dizer: “A participação consensual nos valores dos quais a autoridade legítima é derivada, juntamente com o livre-arbítrio e os direitos e obrigação recíprocos, é substituída pelo equivalente universal da tornozeira eletrônica do prisioneiro” (ZUBOFF, 2018, p. 59).

Essas empresas recusam *tudo que está aí*, estabelecendo novas formas de controle e gerenciamento de populações. Com elas nascem fenômenos sociais de difícil explicação: como é possível se apropriarem do espaço urbano, subordinarem milhões de pessoas, criarem novos meios de produção e circulação de informação, convergirem sua extração, mercantilização e gerenciamento de dados com serviços públicos e com o aparato burocrático estatal, sem que passem por qualquer tipo de regulação *a priori*? Aparecem como mediadoras em diversos campos, mas detêm as regras do jogo. As regras, entretanto, se informalizaram, já não alcançamos como operam, como são definidas, como são produzidas, a que interesses atendem. Já não é o Estado que lhes confere legalidade, legitimidade ou procedimentos que garantem a confiança. É a atividade da multidão de usuários que provê certificações, controle de produtividade e qualidade, modos informalizados de construção da confiança que passam ao largo do Estado. A multidão se engaja e confia no seu próprio trabalho-vigilante, enquanto multidão. São constituídas então legitimidades informalizadas, que concorrem, deixando-os no chinelo, com os veículos de comunicação de massa, as universidades e seus representantes, as regulações dos serviços e do trabalho.

O trabalho dos motoboys transformados em “entregadores” hoje possibilita pensarmos num *despotismo algorítmico* (ABÍLIO, 2022). Novos modos de controle operam aí: quanto mais informalizados, mais moduláveis e permanentes. O gerenciamento algorítmico possibilita o mapeamento individual e da multidão de trabalhadores como um todo, além da dataficação administrada de múltiplas dinâmicas sociais. Trabalhadores *just-in-time* (OLIVEIRA, 2000; ABÍLIO, 2020), despedidos de qualquer entrave socialmente instituído para sua exploração, são utilizados de forma racionalizada e eficiente, finalmente reduzidos à pura força de trabalho. Neste encontro entre olipolização das empresas e informalização do trabalho, desaparecem

todas as garantias sobre tempo de trabalho, remuneração, distribuição do trabalho. Fica o engajamento do trabalhador numa relação com regras indecifráveis, mas que definem as condições de sua sobrevivência. Ao mesmo tempo que mapeia, o gerenciamento algorítmico induz comportamentos, reconhece e produz previsibilidades, subordina trabalhadores, estabelecimentos e também o engajamento dos consumidores.

A gestão de Bolsonaro materializou um movimento mais amplo da informalização como modo de governo, que não se restringe à institucionalidade do Estado e que conta com o engajamento popular e com essas empresas. O recusar *tudo que está aí* consistiu numa ruptura bem feita, por dentro dos mecanismos burocraticamente estabelecidos, da legitimidade das instituições legalmente instituídas (CORTÊS, 2021; FELTRAN, 2021; CESARINO, 2021). Entram nessa conta os veículos legais de comunicação de massa (FINALYSON, 2021), as instituições científicas e seus representantes socialmente legitimados (LYNCH, 2020, CESARINO, 2021, DUARTE & BENETTI, 2022), as instituições e regulações do trabalho (ABÍLIO, 2020). Uma espécie de governo weberiano invertido, pois ataca todos os monopólios legitimamente instituídos, inclusive o da violência do Estado.

O esfumaçamento também atravessa as possibilidades de reconhecer a acumulação, tornando-a mais potente e liberta dos freios sociais. E assim oscilamos em buscar alguma lanterna explicativa entre o totalitarismo neoliberal e a crise do valor. Antes do bicho estranho, Francisco de Oliveira utilizou a figura da *passagem na neblina* (2000) para pensar com o Partido dos Trabalhadores sobre seus desafios políticos frente às transformações do trabalho. A neblina, entretanto, tornou-se permanente: instaurou-se como técnica de governo, como elemento central do gerenciamento do trabalho, da acumulação e das formas de controle e mercantilização da vida.

O outro lado da moeda é tecido por uma “luta de classes sem forma” (GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA, 2022), que vemos eclodir pelas ruas do mundo neste princípio de milênio. Aí moram sua potência e seus perigos. Como estes dez anos nos mostraram.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila. Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, p. 579-597, 2020
- ABÍLIO, Ludmila. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. *Revista Margem Esquerda*, n. 36, 1.º semestre de 2021, p. 55-69
- ABÍLIO, L.C.; ALMEIDA, FREITAS, P.; AMORIM, H.; CARDOSO, A.; FONSECA, V.; KALIL, R.; MACHADO, S. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*. v. 3, p. 1-21, 2020
- BARBOSA, Ricardo. *Os motoboys no globo da morte: circulação e trabalho precário na cidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCH- SP, dissertação de mestrado, 2009
- BIANCARELI, André. Economia, sociedade e desenvolvimento, 20 anos: notas de apresentação. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, p. 723-727, dez. 2012
- BIAVATI E. & MARTINS, H. *Mortos e feridos sobre duas rodas: Estudo sobre a acidentalidade e o motociclista em São Paulo*. São Paulo: CET, 2009
- CARDOSO, Adalberto. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013
- CARNEIRO, Ricardo. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, número especial, p. 749-778, dez. 2012
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Tradução: Cibele Saliba Riziek, Petrópolis: Vozes, 1998
- CESARINO, Leticia. *Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética*. Ilha, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021
- CET. *Acidentes de trânsito: Relatório Anual de 2013*. São Paulo: CET, 2013
- CET. *Acidentes de trânsito fatais: Relatório Anual, 2014*. São Paulo: CET, 2014
- CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. Tradução: Rosa Marques e Paulo Nakatani, São Paulo: Boitempo, 2005
- CORTÊS, Mariana. A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo. *Caderno CRH*, v. 34, 2021
- DUARTE, D.; BENETTI, P. Pela ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. *Sociologias*. Porto Alegre, 24 (60), p. 98-138, 2022
- FELTRAN, Gabriel. Formas elementares da vida política: Sobre o movimento totalitário no Brasil [2013-]. Blog *Novos estudos Cebrap*, 2020
- FINLAYSON, A. Neoliberalism, the Alt-Right and the Intellectual Dark Web. *Theory, Culture and Society*, vol. 38(6), p. 167-190, 2021
- FIORI, José L. A miséria do novo desenvolvimentismo. *Revista Valor*, 30-11-2011
- FIORI, José L. O desenvolvimentismo de esquerda. *Revista Valor*, 29-12-2012
- FILGUEIRAS, Luís., PINHEIRO, B., PHILGRET, C. & BALANCO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In MAGALHÃES, J. P. de A.: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 35-69, 2010
- FLAVIO, Lucio. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: A construção do conceito. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014

G1. *Brasil terá até 3,6 milhões de 'novos pobres' em 2017*, diz Bird. Março de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tera-ate-36-milhoes-de-novos-pobres-em-2017-diz-bird.ghtml>. Acesso em 08.08.2023

GONÇALVES, Ricardo. Novo desenvolvimentismo e neoliberalismo enraizado. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012a

GONÇALVES, Ricardo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 31, 2012b

GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA. Masterclass de fim do mundo: conflitos sociais no Brasil em pandemia. Site *Neblina.xyz*, 2022. Disponível em: <https://neblina.xyz/masterclass>. Acesso em 07.08.2023.

IBGE. Frotas de veículos por ano e cidade. Site IBGE, sem data. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/22/28120>. Acesso em 06.08.2023

LYNCH, M. We have never been anti-science: reflections on science wars and post-truth. *Engaging Science, Technology, and Society*, v. 6, p. 49-57, 2020

MEDEIROS, Marcelo.; SOUZA, P. H. G & CASTRO, F. A. O topo da distribuição de renda no Brasil: Primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, n.1, p. 7-36, 2015

MEIRELLES, Renato. & ATHAYDE, C. *Um país chamado favela*. Rio de Janeiro: Gente, 2014

MPL (Movimento Passe Livre). Não começou em Salvador; não vai terminar em São Paulo. In: HARVEY, D.; MARICATO, E. et alii. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013

NERI, Marcelo. *A nova classe média*, mimeo. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Disponível em: www.fgv.br/cps/classe_media. Acesso em 10.02.2014

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/ CPS, 2010

OLIVEIRA, Francisco. *Passagem na neblina*. In: STEDILE, João P.; GENOÍNO, José (orgs.) *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003

OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: Oliveira e Rizek. C. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

PAULANI, Leda. Quando o medo vence a esperança. Um balanço da política econômica do governo Lula. *Crítica Marxista* 19, p. 11-26, 2004

POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2011

POCHMANN, Márcio. & ORSI, C. Pochmann vê risco de retrocesso na redução da desigualdade no país. *Jornal da Unicamp*, Ed. 635, agosto de 2015. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/635/pochmann-ve-risco-de-retrocesso-na-reducao-da-desigualdade-no-pais>. Acesso em 10.10.2015

QUADROS, Waldir. A evolução da estrutura social brasileira. Notas metodológicas. *Texto para discussão, IE/Unicamp*, n.147, novembro de 2008a

QUADROS, Waldir. A evolução recente da estrutura social brasileira. *Texto para discussão, IE/Unicamp*, n.148, novembro de 2008b

- QUADROS, Waldir. Paralisa econômica, retrocesso social e eleições. *Plataforma Política Social*, 2015. Disponível em: http://plataformapoliticassocia.com.br/wp-content/uploads/2015/01/TD_WaldirQuadros012015.pdf. Acesso em 10.10.2015
- QUADROS, Waldir. & FACHIN, Patrícia. Está em curso um retrocesso social em cascata. Entrevista especial com Waldir Quadros. *Entrevistas IHU Online*, 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/541562-esta-em-curso-um-retrocesso-social-em-cascata-entrevista-especial-com-waldir-quadros>. Acesso em 10.10.2015
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). Perguntas e respostas sobre a definição de classe média. 2014. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Perguntas-e-Respostas-sobre-a-Definição-da-Classe-Média.pdf>. Acesso em 02.02.2015
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). *Assuntos estratégicos: social e renda, a classe média brasileira*. Brasília: SAE, 2014
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). *Voices da nova classe média*. Caderno 3. Brasília: SAE, abril de 2013
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). Perguntas e respostas sobre a definição de classe média. Site SAE. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Perguntas-e-Respostas-sobre-a-Definição-da-Classe-Média.pdf>. Acesso em 20.11.2015
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia das Letras, 2012
- SINGER, André. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos de lulismo. *Psicologia USP*. Vol. 26, n. 1, p. 7-14, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00007.pdf>. Acesso em: 20.10.2018
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo horizonte: UFMG, 2010.
- TELLES, V. S. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo social* 18(1): 173-195, 2006.
- TIBLE, Jean. O que 2013 nos diz? Site A terra é redonda. 19.06.2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-que-2013-nos-diz/>. Acesso em 07.09.2023
- VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: HARVEY, D.; MARICATO, E. et alii. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ZUBOFF, Shoshana. *Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. In: Bruno, F., Cardoso, B., Kanashiro, M., Guilhon, L., Melgaço, L. (orgs.) *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem*. Tradução: Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz e Bruno Cardoso. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2018.